



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76  
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

## **XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - 2020**

### **OS PLANOS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PTDS) NO CONTEXTO DA POLÍTICA TERRITORIAL BAIANA: RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Cleisla Caroline Ribeiro Silva de Freitas<sup>1</sup>; Onildo Araujo da Silva**<sup>2</sup>;

1. Bolsista PROBIC/UEFS, Licenciada em Geografia e Graduanda em Bacharelado em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: cleislade Freitas@gmail.com
2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: fssilvafs@hotmail.com

**PALAVRAS-CHAVE:** Planos territoriais, desenvolvimento rural e política territorial.

#### **INTRODUÇÃO**

O ordenamento territorial é um relevante instrumento para a ação do Estado. Na Bahia, a partir do governo do petista Jaques Wagner em 2007, o Estado foi instrumentalizado tanto do ponto de vista técnico como de concepção de gestão, para atuar a partir da ideia de Territórios de Identidade, resultando na elaboração de planos de ordenamento por várias secretarias de Estado.

Nesta perspectiva, esta pesquisa se justifica por propor uma análise dos PTDS concluídos, no contexto da política territorial no Estado da Bahia, verificando o atual estágio de aplicação desses documentos como instrumento de efetivação da política territorial, considerando as mudanças efetivadas na ação das secretarias de Estado após o início da gestão do governador Rui Costa, possibilitando ainda uma análise acerca da função dos planos na ação dos Colegiados Territoriais.

Deste modo, pretendeu-se, a partir do presente estudo, analisar os PTDS concluídos, no contexto da política territorial no Estado da Bahia. Além disso, buscou-se identificar as ações propostas nos PTDS que possuem imediato rebatimento no desenvolvimento rural, bem como caracterizá-las. Mais que isso, verificamos como se dá a relação entre desenvolvimento rural e planejamento territorial, após análise do atual estágio de execução das ações propostas nos PTDS.

#### **MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)**

Para atingir os objetivos supracitados buscou-se, do ponto de vista dos procedimentos, realizar:

1. Revisão bibliográfica e elaboração de referencial teórico sobre os temas planos territoriais, desenvolvimento rural e política territorial.
2. Identificação e aquisição dos PTDS concluídos;
3. Identificação e análise das ações vinculadas com desenvolvimento rural;
4. Análise das ações executadas ou em execução;

5. Elaboração de quadros comparativos entre os colegiados com ênfase nas ações com rebatimento no desenvolvimento rural.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)**

Os 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade do Estado da Bahia possuem PTDS concluídos, sem conclusão ou que estão em fase de elaboração. Parafraseando Dias (2016), de acordo com dados da SEPLAN (2016), há um total de 11 (onze) planos concluídos, 07 (sete) em fase de elaboração e sem conclusão e 09 (nove) apenas foram iniciados. Como anteriormente aludido, nesta investigação foram analisados apenas os planos já concluídos nos seguintes colegiados territoriais: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Bacia do Jacuípe, Bacia do Rio Corrente e Itaparica.

Constatou-se, a partir das análises realizadas, que a elaboração dos PTDS possui relevância, ao passo que serve como instrumento para a boa governança, já que estes documentos contribuem para apontar os problemas e as soluções exequíveis para enfrentamento das limitações que assolam o desenvolvimento do território, via ampla participação das instituições locais, dos poderes municipais e da sociedade civil. Posto isto, notou-se que a função dos PTDS na ação dos Colegiados Territoriais é justamente a de servir como um dos instrumentos para um controle social efetivo, a partir do esforço coletivo visando o alcance do bom senso e da consonância de interesses.

Todavia, segundo os dados coletados, observou-se, em geral, que os PTDS concluídos necessitam de aprimoramento, posto que na maioria deles têm-se uma quantidade excessiva de páginas apresentando os diagnósticos do Território, em comparação ao número inferior de páginas voltadas à planificação, tornando o plano algo maçante e desalinhado do seu objetivo real. Além disso, de modo geral, com pouquíssimas exceções (Território de Identidade do Sertão Produtivo), os objetivos, metas e ações estratégicas não apresentam tempo e condições para que realmente sejam executados, não possibilitando a criação e aplicação de instrumentos para que tais ações projetadas sejam de fato concretizadas. Mais que isso, verificou-se que grande parte dos PTDS já concluídos não indica quais são os mecanismos de gestão utilizados pelos Colegiados Territoriais ou quando indicam são apresentados de modo generalizado, comprometendo a potencialidade de gerar de fato o desenvolvimento rural.

A partir dos dados analisados nos quadros comparativos da vinculação entre as ações propostas nos planos concluídos e o desenvolvimento rural, verificou-se que os eixos com imediata potencialidade para terem rebatimento do desenvolvimento rural, respectivamente foram: (a) Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva, com 46 objetivos no total de todos os PTDS; (b) Estrutura Fundiária e Acesso à terra, com total de 22 objetivos totais; (c) Infraestrutura e serviços públicos, com 15 objetivos totais; (d) Formação cidadã e organização social, com 10 objetivos; (e) Desenvolvimento, Inclusão e gestão de Recursos Hídricos, e (f) Fortalecimento da Agricultura Familiar, com 5 objetivos cada; (g) Conservação e Uso Racional dos Recursos Ambientais, com 4 objetivos, e (h) Trabalho, (i) e Cultura com apenas 1 objetivo cada.

Esses dados demonstraram que o aspecto econômico é o mais identificado nos planos concluídos. As ações tem mais foco no crescimento econômico do que no desenvolvimento, se distanciando da lógica de desenvolvimento real centrada na inclusão social, no crescimento isonômico e na gestão para uso menos predatório dos recursos naturais.

Além disso, a análise dos planos permite afirmar que a vinculação dos projetos e programas de governo executados atualmente não está uniforme com a política territorial adotada. Também verificamos que existem eixos nos planos com objetivos e ações que se encaminham a um imediato rebatimento no desenvolvimento rural, demonstrando que o tema do rural é parte integrante da política territorial.

Quanto a relação entre desenvolvimento rural e planejamento territorial, notou-se que a planificação é o componente fundamental da abordagem territorial, com vistas a resultar em melhorias da qualidade de vida das pessoas que vivem no Território, a partir da coesão social e da coesão territorial. Nota-se uma busca por um planejamento e gestão das políticas públicas que tenham um acolhimento das proposições da coletividade, via consenso e com aprovação dos representantes nos colegiados. Nesta lógica, os PTDS podem ser utilizados como instrumentos facilitadores para o ordenamento do Território, auxiliando a organização das ações nas secretarias de Estado, em consonância com bases legais, tendo como foco o atendimento às proposições formuladas nos planos e proporcionar melhores condições de vida para os habitantes do Território, tanto em renda quanto em termos de bem-estar social com sustentabilidade ambiental, resultando no desenvolvimento rural. No entanto, temos que verificar se a execução ocorre da forma adequada ao proposto em cada plano. Essa é uma questão em aberto para novas investigações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, verifica-se que os PTDS são instrumentos que podem dar maior qualidade em termos de efetividade das políticas públicas territoriais, ao passo em que auxiliam a execução de programas e projetos, vinculados às demandas sociais, facilitando articular ações direcionadas à resolução de questões centrais limitantes do desenvolvimento do Território. Todavia, também verificou-se que a vinculação entre ação do Estado e os PTDS não é uniforme ou mesmo planejada de forma integrada, pois nem todas as secretarias do governo agem de acordo com o que está nos planos.

## **REFERÊNCIAS**

BAHIA. **Secretaria de Planejamento**. SEPLAN. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>> .Acesso em 12 de fev. de 2020.